

Cidades

Comunidades e territórios

sp24 | 2024

How do we design a habitat?

António Moreira Veloso: Arquitetura Moderna no Bairro Operário da Tabaqueira (1960-1974)

Vanessa Alves, Mafalda Teixeira de Sampayo, Teresa Marat-Mendes e Inês Marques



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/cidades/8442>

ISSN: 2182-3030

Editora

DINÂMIA'CET-IUL

Refêrencia eletrónica

Vanessa Alves, Mafalda Teixeira de Sampayo, Teresa Marat-Mendes e Inês Marques, «António Moreira Veloso: Arquitetura Moderna no Bairro Operário da Tabaqueira (1960-1974)», *Cidades* [Online], sp24 | 2024, posto online no dia , consultado o 03 maio 2024. URL: <http://journals.openedition.org/cidades/8442>



Apenas o texto pode ser utilizado sob licença CC BY-NC-ND 4.0. Outros elementos (ilustrações, anexos importados) são "Todos os direitos reservados", à exceção de indicação em contrário.

António Moreira Veloso: Arquitetura Moderna no Bairro Operário da Tabaqueira (1960-1974)

António Moreira Veloso: Modern Architecture in the Tabaqueira Workers' Neighbourhood (1960-1974)

Vanessa Alves¹, Mafalda Teixeira de Sampaio², Teresa Marat-Mendes³, Inês Marques⁴

Resumo

O artigo analisa a evolução morfológica do bairro operário da Tabaqueira, localizado em Albarraque, Sintra-Portugal. Para tal, investigamos a sua localização territorial, procurando compreender a sua formação, que surgiu com a chegada da indústria do tabaco ao concelho de Sintra. Contextualizamos o surgimento da Tabaqueira no contexto temporal e espacial. Isto envolveu compreender a influência da indústria na cidade, bem como o seu papel na implementação de políticas de apoio à habitação. O bairro operário da Tabaqueira foi projetado pelo arquiteto António Moreira Veloso num projeto faseado, realizado entre 1962 e 1974. Nele, as unidades residenciais foram planeadas de forma a aliar a funcionalidade à qualidade de vida no campo, através da criação de grandes espaços verdes. A construção do bairro decorreu no quadro legal de apoio à habitação social, em linha com as políticas paternalistas da CUF. Isto culminou na formação de uma nova centralidade na periferia de Lisboa, impulsionada pelos serviços e facilidades oferecidos pelo bairro. Consideramos o bairro da Tabaqueira uma construção moderna e cheia de lições, com qualidades distintas que o tempo dificilmente apagará. Reconhecemos os ideais éticos modernos do arquiteto António Moreira Veloso, que criou uma obra inovadora e de grande relevância social.

Palavras-chave: bairro operário, habitação, industrialização, Tabaqueira, fábrica

Abstract

The article analyses the morphological evolution of the Tabaqueira workers' neighbourhood, located in Albarraque, Sintra-Portugal. To do this, we investigate its territorial location, seeking to understand its formation, which emerged with the arrival of the tobacco industry in the municipality of Sintra. We contextualize the emergence of Tabaqueira in the temporal and spatial context. This involved understanding the industry's influence on the city, as well as its role in implementing policies to support housing. The Tabaqueira workers' neighbourhood was designed by architect António Moreira Veloso as a phased project, carried out between 1962 and 1974. In it, the residential units were planned to combine functionality with the quality of life in the countryside, through the creation of large green spaces. The construction of the neighbourhood took place within the legal framework of support for social housing, in line with CUF's paternalistic policies. This culminated in the formation of a new centrality on the outskirts of Lisbon, driven by the services and facilities offered by the neighbourhood. We consider the Tabaqueira neighbourhood to be a modern construction full of lessons, with distinct qualities that time is unlikely to erase. We recognize the modern ethical ideals of architect António Moreira Veloso, who created an innovative work of great social relevance.

Keywords: workers' quarter, housing, industrialization, tabaqueira, factory

¹ Câmara Municipal de Sintra, Portugal, vanessaandrealves@gmail.com

² ISTAR-Iscte. Instituto Universitário de Lisboa, Portugal, mafalda.sampaio@iscte-iul.pt

³ DINÂMIA'CET-Iscte, Instituto Universitário de Lisboa Portugal, teresa.marat-mendes@iscte-iul.pt

⁴ Universidade Lusófona, Portugal, p4198@ulusofona.pt

Introdução

O presente artigo explora a transformação morfológica do bairro operário da Tabaqueira, situado em Albarraque, concelho de Sintra. Analisa-se assim uma estrutura urbana que surgiu como resultado da deslocação da indústria do tabaco para o município de Sintra.

Procuramos compreender e enquadrar a origem da Tabaqueira no contexto temporal e geográfico. Nesse sentido, tornou-se necessário analisar a inserção da indústria na cidade e o seu impacto na formulação de políticas de apoio à habitação.

O artigo tem como objetivo principal uma análise crítica do plano urbano desenhado para o complexo industrial da Fábrica da Tabaqueira e para o seu respetivo bairro operário, localizado em Albarraque, Sintra, tendo como objetivos secundários: i) Compreender a mobilização da indústria do tabaco para a periferia da cidade de Lisboa; ii) Analisar a evolução morfológica do território precedente à edificação da fábrica da Tabaqueira; iii) Definir as fases de construção do bairro operário; e iv) Identificar as tipologias de edifícios construídos e planeados.

O bairro operário da Tabaqueira é fruto de um projeto realizado pelo arquiteto António Moreira Veloso, tendo sido desenvolvido em várias fases entre 1927 e 2002. As suas unidades habitacionais foram concebidas para conciliar as exigências funcionais com a qualidade de vida rural, nomeadamente através da criação de espaços verdes.

O bairro foi construído em conformidade com os instrumentos legais de apoio à habitação social, em conjunto com as políticas paternalistas adotadas pela CUF (Companhia União Fabril), culminando na criação de uma nova centralidade nos arredores de Lisboa, impulsionada pelos serviços e infraestruturas disponíveis.

Considera-se o bairro operário da Tabaqueira como sendo um conjunto urbano que reflete os ideários modernos de forma exemplar, dotado de qualidades inegáveis que o distinguem no território. Reconhecem-se também os ideais éticos do arquiteto António Moreira Veloso, ao conceber uma obra inovadora, possivelmente não tão reconhecida publicamente, mas de grande relevância social.

Nesta perspetiva, o presente artigo contribui para uma caracterização morfológica do bairro operário da Tabaqueira, em Albarraque, concelho de Sintra, propondo novas leituras espaciais e arquitetónicas que possam informar a prática do desenho urbano e melhorar o espaço edificado. O bairro consistiu num projeto realizado pela CUF, tendo sido idealizado em 1958, desenhado em 1960 e tendo a sua construção decorrido entre 1960 e 1972.

A seleção deste bairro para análise deve-se a diversos motivos. Em primeiro lugar, o nosso conhecimento prévio e os resultados de uma pesquisa que conduziu a importantes fontes primárias relacionadas com a planificação e edificação deste bairro, e que careciam de uma análise. Além disso, o bairro em questão apresenta notáveis valores de desenho urbano, tanto em termos funcionais quanto estéticos, o que justifica a realização deste estudo.

É também importante ressaltar que, até à presente data, não foram ainda identificadas outras investigações que tivessem abordado a análise da construção ou do próprio projeto deste bairro. Portanto, esta investigação procura contribuir também para o preenchimento de uma lacuna significativa no conhecimento existente sobre esta área urbana e da sua evolução ao longo do tempo.

Para compreender plenamente este conjunto urbano, foi essencial abordá-lo em distintas perspetivas: i) Numa escala macro, investigamos os fundamentos que conduziram à escolha do local para a implantação do bairro; ii) Ao analisar o desenho do espaço público é imprescindível mencionar o contributo do arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles (1922-2020) (Caetano, 2003); iii) No que se refere às tipologias habitacionais, deve referir-se o papel crucial desempenhado pelo arquiteto António Moreira Veloso no seu desenvolvimento; iv) No tocante aos equipamentos do bairro, incluindo uma igreja, é de referir que foram concebidos pelo arquiteto Jorge Viana (1924-2010) (Cunha, 2012). Esta abordagem em várias escalas permitiu uma compreensão abrangente e detalhada da conceção e evolução deste notável conjunto urbano.

Metodologicamente, a abordagem do trabalho reside na análise das fontes primárias (os desenhos do projeto), seguida da sua interpretação e cópia por meio de desenhos elaborados através de vectorização no CAD. Procura-se uma metodologia de investigação com uma perspetiva única, que transforma a história numa ferramenta de projeto. A documentação fotográfica do bairro operário da Tabaqueira, a pesquisa bibliográfica, a recolha dos desenhos dos projetos para o bairro e as suas descrições nas memórias descritivas permitem uma reflexão sobre o tema da habitação, numa época que esta desempenhou um papel significativo na formação do território, onde os princípios de uma nova modernidade revelam uma abordagem inovadora no fazer cidade.

Os desenhos do projeto do bairro da Tabaqueira não estão acessíveis, uma vez que não se encontram catalogados nos arquivos da Câmara Municipal de Sintra (CMS). Após diversas visitas aos arquivos da CMS, conseguimos localizar o projeto na Divisão de Habitação e Serviços Comunitários da mesma, pois algumas das residências do bairro em análise estão sob sua jurisdição, sendo destinadas à habitação de cunho social.

As peças gráficas que delineavam o projeto habitacional do bairro da Tabaqueira, bem como outros elementos como a fotografia aérea da área do bairro, a cartografia militar referente ao concelho de Sintra e o “Plano de urbanização de Sintra” de 1949, elaborado por Étienne de Gröer (1882-1952), constituíram fontes primárias de extrema relevância para a compreensão da morfologia urbana do bairro.

O “Plano de conjunto do bairro operário da Tabaqueira” (1962) foi realizado numa parceria entre a Tabaqueira e o fundo de Habitações Económicas – Federação da Caixa de Previdência (HE-FCP), fazendo cumprir a Lei n.º 2092, de 9 de abril 1958, a qual tinha precedência na Lei n.º 2007, de 7 de maio 1945. A estrutura organizacional, estabelecida em 1959 pelo Gabinete Técnico de Habitação da HE-FCP sob a liderança de Nuno Teotónio Pereira (1922-2016) (Nunes, 2013), posteriormente responsável pela criação de uma rede de arquitetos regionais, assegurou uma conexão contínua com as obras e com as pessoas ou organizações envolvidas na construção das habitações, abrangendo inclusive os futuros ocupantes individuais (Pereira, 1996), mas também a possibilidade de os arquitetos trabalharem a partir dos seus ateliers (Tavares, Portas, & Fernandes, 2013). Essa interação direta entre arquitetos e a população permitia uma abordagem específica para resolver os desafios individuais de cada projeto. No entanto, essas abordagens foram gradualmente substituídas pela adoção de métodos e aprendizagens de outros projetos já realizados, tanto a nível central, quanto regional (Pereira, 1996). O modelo habitacional implementado nas HE-FCP durante os anos 1960 já refletia um processo que teve início no bairro de Alvalade (1945-1955), envolvendo diversos intervenientes (Costa, 1998).

Este modelo está patente também num outro projeto a Norte do País, na Unidade Residencial do Ramalde (1952-1960) do arquiteto Fernando Távora (1923-2005) (Tavares, 2013). Estes projetos, inovadores no modo de pensar a habitação, influenciaram certamente os arquitetos portugueses e a habitação multifamiliar passa a incorporar novos princípios com valores históricos, urbanísticos, paisagísticos e arquitetónicos.

Estas estruturas habitacionais são inovadoras pois englobavam os equipamentos mínimos necessários à vida dos seus habitantes e faziam-se segundo um plano de conjunto, correspondendo a um desenho urbano que partia primeiramente dos espaços públicos. Isto é, as infraestruturas (ruas, praças e largos) eram desenhadas e construídas numa primeira fase, surgindo posteriormente as habitações e os seus equipamentos.

Este artigo estrutura-se em cinco partes: i) Industrialização; ii) Tabaqueira; iii) Bairro operário da Tabaqueira; iv) arquiteto António Moreira Veloso e v) Habitações operárias da Tabaqueira. As três primeiras partes fazem um enquadramento do bairro operário no tempo e no espaço e as duas últimas fazem a apresentação do arquiteto António Moreira Veloso e propõem uma análise ao bairro operário.

1. Industrialização

A indústria, enquanto motor impulsionador da economia e das mudanças sociais, assume um papel central na evolução urbana. A indústria é uma atividade transformadora das cidades (Rossi, 1977).

Ela é, simultaneamente, uma fonte de progresso e de prosperidade, assim como uma potencial fonte de desafios e de problemas.

A Revolução Industrial promoveu uma transformação radical nas cidades, levando estas a expandirem-se em direção à periferia, que passou a ser palco da presença de fábricas e de complexos habitacionais que surgiram nas suas envolventes (Benevolo, 1987 [1963]; Benevolo, 2001 [1977]). À medida que a indústria se deslocou para as periferias das cidades, surgiram vários bairros operários promovidos e financiados pelos próprios industriais. Estes bairros operavam como verdadeiras comunidades em miniatura, exemplificadas, por exemplo, pela CUF no Barreiro (Faria & Mendes, 2010; Henriques, 2015) e pelo caso específico em análise no presente artigo, o bairro operário da Tabaqueira (Alves, 2021). Estes bairros incluíam as comodidades consideradas essenciais para os seus residentes, evitando a necessidade de deslocamentos extensos. Nestes bairros edificaram-se instalações como por exemplo creches, escolas, teatros, refeitórios, hospitais, entre outros equipamentos.

Em Portugal, o advento da industrialização teve a sua maior visibilidade na segunda metade do século XIX, através do êxodo populacional do campo para as cidades, particularmente em Lisboa e Porto (cidades portuguesas mais industrializadas). Neste contexto, surgiu uma procura crescente por habitações de custo acessível. As novas residências construídas nesse período não eram de iniciativa pública, mas sim empreendimentos privados promovidos por entidades filantrópicas, industriais e, sobretudo, construtores privados (Teixeira, 1992; Lameira & Rocha, 2019).

Em Portugal, as políticas de apoio à habitação foram praticamente inexistentes desde o início do século XX até meados dos anos 40 (Lameira & Rocha, 2019).

A investigação realizada para o “Estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa” de 1938 (Abrantes, 1938) pelo engenheiro municipal António Emídio Abrantes expõe de forma clara, ao nível do planeamento urbano, que a cidade de Lisboa enfrentava deficiências evidentes devido à inadequação e precariedade das habitações disponíveis para os operários fabris (Folgado, 2012).

Somente a partir de 1945 começaram a ocorrer mudanças significativas nesse cenário, com o surgimento de diversas entidades públicas interessadas em promover a habitação e, assim, proporcionar uma melhor qualidade de vida para a população.

Uma outra resposta por parte do estado português para a resolução das questões habitacionais, foi a criação da Federação das Caixas de Previdência (FCP), no ano de 1947, com o intuito de orientar os capitais da Previdência na construção das habitações económicas (FCP-HE) (Pereira, 1996; Tavares, 2013).

Entre 1950 e 1970, edificaram-se vários bairros residenciais nos arredores das principais cidades, tanto em Portugal, quanto no estrangeiro, como resposta à expansão das atividades industriais. Estes bairros partilham semelhanças em diversos aspetos, desde a arquitetura até aos conceitos urbanos, a infraestrutura construída e até mesmo o modelo social de organização urbana que propõem.

Este é um período estratégico para a análise das políticas habitacionais em Lisboa e na sua periferia. Nesse contexto, observa-se uma significativa suburbanização que rapidamente transformou a área metropolitana de Lisboa numa verdadeira metrópole. Durante esses anos, o desenvolvimento residencial, caracterizado por uma variedade de origens e formas, desempenhou um papel crucial nesse processo de suburbanização. Desde grandes conjuntos habitacionais até bairros resultantes da urbanização de quintas, passando por áreas com habitações precárias, como barracas, até a chamada habitação “clandestina”, constituíram o cenário primordial desse fenómeno urbano (Pereira, 1963; Salgueiro, 1977).

Ainda antes da construção do bairro operário da Tabaqueira, destacam-se as experiências habitacionais realizadas em Portugal, como o projeto dos Olivais Norte e Sul na década de 60 (Marques, 2012). Foi nesse contexto que o arquiteto Moreira Veloso incorporou métodos de planeamento e construção urbana, priorizando a implementação de espaços verdes permeáveis.

O bairro operário da Tabaqueira foi concebido através de uma colaboração entre o estado e a CUF, resultando numa minicidade onde a vegetação desempenhou um papel proeminente, seguindo a visão de Ebenezer Howard (1850-1928) para as cidades-jardim, uma ideia posteriormente adotada pelos CIAM (Alves, 2021).

As companhias de fábricas de tabaco surgiram num contexto industrial em transformação, gerando agitação política em Portugal, especialmente devido ao monopólio da comercialização do tabaco, que permaneceu exclusivo até 1947. Entre 1844 e 1947, várias empresas tiveram a concessão do monopólio do tabaco, mas destaca-se o nome de Henry Burnay (1838-1909), que liderou o negócio a partir de 1891 (Sardica, 2020) (Faria, 2004). Foi apenas em 1947 que a Tabaqueira de Alfredo da Silva (1871-1942), fundada em 1927, passou a ter igualdade de oportunidades no comércio de tabaco e a competir diretamente com a companhia de Burnay (Sardica, 2020).

Em 1974, com a queda do regime o grupo CUF entra em rutura e é integrado num processo de nacionalização a partir de 1975. Posteriormente, o grupo CUF inicia um processo de recuperação de forma independente. Em 1996, com a reprivatização da Tabaqueira, Jorge de Mello (1921-2013) e a Philip Morris Internacional (PMI) adquirem parte das ações da Tabaqueira ao Estado português. Em 1999, adquirem mais 25% das ações, tornando-se assim os principais acionistas da Tabaqueira. No entanto, em 2000, Jorge de Mello opta por vender as ações que detém à PMI, afastando definitivamente a família Silva Mello do negócio do tabaco (Câmara, 1995).

2. Tabaqueira

Em 1926, após o término do contrato com a Companhia dos Tabacos de Portugal (CPT) e uma leve flexibilização na produção de tabaco, surgiu a oportunidade de conceder um novo contrato para o setor (Mónica, 1992). Investidores da CUF, incluindo Alfredo da Silva, apresentaram propostas, porém, não obtiveram sucesso (Mónica, 1992). Apesar da derrota, Alfredo da Silva e seus sócios persistiram, fundando a Tabaqueira em 1 de agosto de 1927 (Sardica, 2020). Gerida por Alfredo da Silva, a Tabaqueira contava com capitais individuais dos acionistas e de empresas do grupo CUF, encerrando o monopólio da CPT (Sardica, 2020). A Tabaqueira rapidamente iniciou a produção de cigarros, cigarrilhas e charutos, estabelecendo imagem e adquirindo maquinaria (Sardica, 2020). Instalada no Poço do Bispo, a fábrica tornou-se o centro operacional sob o comando de Alfredo da Silva (Sardica, 2020). Em 1948, a fábrica atingiu a sua capacidade máxima de produção, vendendo 1833 toneladas de tabaco (Tabela 1) (Câmara, 1995). A expansão das instalações e da maquinaria foi considerada em 1950, concretizando-se apenas em 1962 com a inauguração das novas instalações em Albarraque (Câmara, 1995).

Tabela 1. Vendas anuais de tabaco referentes às fábricas da Tabaqueira

	Ano	Vendas Anuais
Fábrica Poço do Bispo	1945	995 toneladas
	1946	1307 toneladas
	1948	1833 toneladas
	1957	3000 toneladas (objetivo)
Fábrica de Albarraque	1967	5600 toneladas
	1972	6912 toneladas

Fonte: Alves, 2021

Em 1958, a opção da construção de uma nova unidade fabril é objeto de discussão da administração da Tabaqueira. Nesse mesmo ano decide-se avançar com o projeto de uma nova unidade fabril, a ser alocada na zona rural de Albarraque, em Sintra. Todavia, este projeto transbordaria o carácter industrial, tal como a maioria das intervenções levadas a cabo pelos administradores da CUF. O novo complexo fabril passaria a ser também um projeto de ordem social, dada a descentralização desta localidade. Esta decisão, que era arriscada para a própria Tabaqueira, seria no entanto benéfica a

longo prazo, visto que a empresa deixaria de estar dependente do arrendamento da fábrica do Poço do Bispo e passaria a ser a detentora do seu próprio espaço de produção (Câmara, 1995).

Contudo, a prospeção de mudança para Albarraque fez com que os últimos anos de laboração da fábrica fossem os seus anos dourados: nesse período "(...) laboravam na fábrica do Poço do Bispo para cima de 600 trabalhadores" (Custódio & Folgado, 1999, p. 180).

O tempo de mudança fez-se sentir também a nível administrativo, visto que a morte de Manuel de Mello (1885-1966) em 1966 fez com que o seu filho, Jorge de Mello (1921-2013), assumisse oficialmente o cargo de administrador da Tabaqueira (Câmara, 1995).

Foi na década de 60 do século XX, que a empresa cresceu exponencialmente. Aumentou-se o capital social e a capacidade de produção. Desta forma, a Tabaqueira passa a liderar o negócio no continente. Em 1967, dez anos passados sobre a decisão de mudança de instalações e quarenta sobre a fundação d'A Tabaqueira, a produção atingia as 5600 toneladas (Tabela 1) duplicando a produção aquando do termino de laboração da unidade fabril do Poço do Bispo.

Na década de 70, a Tabaqueira continuou a expandir-se, acompanhando o crescimento do bairro operário e da unidade fabril (Câmara, 1995). A queda do Estado Novo em abril de 1974 alterou o cenário político-económico, seguida pela revolução das forças armadas em 1975, quando a Tabaqueira registou o seu primeiro prejuízo (Câmara, 1995). O governo aumentou os preços dos cigarros e nacionalizou a indústria do tabaco, fundindo as empresas do setor (Câmara, 1995). Com a nacionalização, a gestão da Tabaqueira passou para o Estado, encerrando a administração da família Mello (Câmara, 1995). A Tabaqueira E.P foi formada em colaboração com a Empresa Industrial de Tabacos, mantendo a produção de tabaco em Lisboa, enquanto a fábrica em Albarraque permaneceu operacional (Câmara, 1995). Em 1996, o Estado iniciou o processo de privatização da Tabaqueira, e Jorge de Mello e a Philip Morris Internacional adquiriram conjuntamente 65% da empresa (Câmara, 1995). Porém, a parceria entre Jorge de Mello e a Philip Morris Internacional terminou em 2000, com a venda das ações de Jorge de Mello à empresa americana (Câmara, 1995).

3. Bairro Operário da Tabaqueira

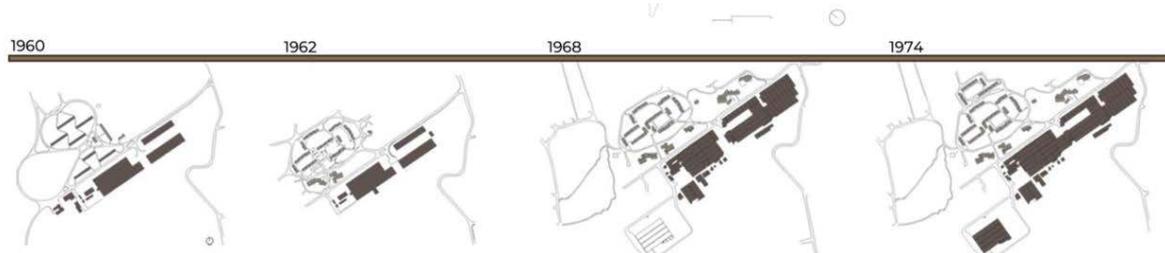
Em 1948, Étienne de Gröer traça um "Plano de urbanização para Sintra". No entanto, este plano incidia apenas sobre a zona histórica de Sintra, ficando a zona industrial por planear, tendo sido esta remetida para a área localizada a Norte da linha férrea. Não havendo qualquer plano de urbanização, ou indicação de usos de solo para o território onde se viria a edificar a fábrica da Tabaqueira, em Albarraque, dá-se início em 1962 à construção das habitações para os operários da Tabaqueira, que haviam estado até agora localizados perto do Poço do Bispo (anterior localização da fábrica da Tabaqueira).

O novo complexo industrial da Tabaqueira, em Albarraque, localizava-se agora num local distante do anterior, com escassos meios de transporte. Albarraque era uma localidade rural no município de Sintra, de difícil acesso.

Seguindo a linha das políticas de apoios à habitação, que vigoravam à época de construção, em parceria com a HE-FCP, para a Tabaqueira, em Albarraque fez-se cumprir a Lei n.º 2092 de 9 de abril de 1958, que possibilitava o empréstimo a efetivos das Casas do Povo. Todavia esta lei também estabelecia que: "Quando as casas ou blocos e a localização o justifique, deverá prever-se a instalação dos estabelecimentos comerciais indispensáveis.". Assim, a Tabaqueira em parceria com a FCP, manda erguer o bairro operário da Tabaqueira, o qual contemplaria, para além dos blocos habitacionais, um conjunto de equipamentos que colmatassem, por um lado, as carências sociais e, por outro, que contribuíssem para a organização quotidiana dos seus operários. Contudo, este processo fez-se de forma faseada envolvendo diferentes entidades e pessoas. A integração das famílias no novo bairro dos operários e das suas famílias foi gradual. Em primeiro lugar foram apenas deslocalizadas 60 famílias das 250 que viriam a morar em Albarraque (Boiça, 2012).

Nos desenhos obtidos na CMS encontrámos dois planos urbanos para o bairro da Tabaqueira, um de 1960 e outro de 1962.

Figura 1. Implantação da Fábrica da Tabaqueira, habitação e equipamentos, nos planos de 1960 a 1974



Fonte: Alves, 2021

O plano urbano de 1960 é muito diferente daquilo que foi construído posteriormente em 1962 (1ª fase de construção do bairro) (Figura 1) e 1972 (2ª fase de construção do bairro). No plano de 1960 o bairro habitacional está desenhado a norte da fábrica tal como o que conhecemos hoje, mas este tem uma implantação idêntica na cota mais baixa (a que tem o declive mais acentuado) e na cota mais alta. Os volumes das habitações são desenhados na topografia mantendo um paralelismo em planta com o desenho da fábrica. Este plano apresenta oito blocos habitacionais que são implantados em cotas distintas subindo a encosta para Norte. A meio da encosta está desenhado um espaço de permanência (possivelmente uma praça) que apresenta três lados construídos, um bloco habitacional a Sul, outro bloco habitacional a Norte e eventualmente um equipamento a Nascente (a implantação deste edifício não está indicada no desenho).

Não sabemos por que razão o plano de 1960 não foi construído e também não temos indicação da autoria deste plano. O plano de 1962 tem uma área de implantação para os blocos habitacionais superior à do plano de 1960, ambos com uma baixa densidade de ocupação.

O bairro da Tabaqueira foi planeado segundo os conceitos de hierarquização e zonamento de áreas, havendo, desde modo, uma evidente separação entre a zona destinada à laboração e a zona residencial e de lazer.

A hierarquização de vias, além do agrupamento de edifícios, em conformidade com o programa de serviços e de lazer, contribui para uma estruturação do desenho urbano. Desde modo, os percursos desenhados no plano de urbanização do bairro operário da Tabaqueira podem categorizar-se em três tipos de ligações: i) Caminho geral, nomeadamente o da rede rodoviária, que faz a ligação do complexo à Estrada Nacional, e o qual se estende e delimita o anel que acolhe o núcleo residencial; ii) Caminhos funcionais, que fazem a ligação entre os pontos de interesse do bairro, destinados principalmente à circulação pedonal, mas nos quais também é viável a circulação controlada de automóveis; iii) Caminhos contemplativos, que se destinam em exclusivo ao uso pedonal e que desvendam os espaços públicos ajardinados, coabitando com a natureza na peculiar paisagem do local.

O ordenamento do território pensado para o bairro possibilitou que os edifícios diretamente ligados à vida privada dos habitantes (operários e suas famílias) se encontrassem no centro de todo o bairro. Estes, são envolvidos pela área residencial e pelos seus espaços verdes. No anel exterior à zona habitacional encontravam-se os edifícios de apoio à vida profissional dos operários, de forma que houvesse uma barreira física entre as residências e o trabalho.

O desenho do núcleo da área residencial, envolvendo parte dos equipamentos públicos, concretizou-se devido à disposição dada às bandas habitacionais e aos seus espaços públicos. A organização das bandas habitacionais cria vazios que sugerem formas regulares e que poderiam funcionar como praças, não fosse a topografia acidentada do terreno.

Estes vazios viriam a ser desenhados pelo “Plano de enquadramento paisagístico” do bairro da Tabaqueira, da responsabilidade de Gonçalo Ribeiro Telles (1922-2020), em 1968 (Caetano, 2003). Pode-se concluir que este previa que cada banda habitacional tivesse o seu próprio espaço verde, proporcionando um diálogo entre o edificado e a paisagem, que viria a ser estruturante para o sucesso do bairro operário.

A opção por uma paisagem de recriação de bosque, numa área despovoada de arvoredo, mas pontuada pela presença de várias formações rochosas, como era Albarraque, desencadeia a eleição de uma diversidade de árvores, de folha perene e caduca, e de vegetação rasteira. Entre a seleção de árvores, destaquem-se as árvores de maior porte (que ainda hoje se encontram no bairro), tais como os plátanos, os pinheiros-mansos, os salgueiros-brancos, os eucaliptos, os ulmeiros, as palmeiras e as nogueiras. A diversificação de elementos vegetais auxiliou no desenho do espaço público. Este, desenvolve-se em três momentos: i) na separação entre a fábrica e o bairro, que corresponde ao anel exterior, de maior intensidade arbórea e estrutura vegetal; ii) num núcleo central que harmonizava o uso do espaço público com os equipamentos públicos; iii) na articulação entre as bandas habitacionais e os espaços públicos destas, os quais apresentam variedade da estrutura vegetal, tanto a nível arbóreo como de vegetação rasteira.

Segundo imagens do arquivo da RTP, da visita de Américo Tomás ao bairro da Tabaqueira, em 1967, podemos concluir que o plano de enquadramento paisagístico estava finalizado nesta data. Desde modo, levanta-se a seguinte questão: Terá o “Projeto de enquadramento paisagístico” do arquiteto Ribeiro Telles sido realizado num trabalho de conjunto com o “Plano de urbanização” do bairro operário da Tabaqueira, do arquiteto Moreira Veloso? Acreditamos que sim. Embora tenhamos conseguido confirmar a autoria do projeto paisagístico, não conseguimos encontrar os desenhos do plano de Ribeiro Telles, em tempo útil, no Arquivo do Forte de Sacavém. Os planos paisagísticos da habitação da 1ª e 2ª fase são distintos. Se o plano paisagístico correspondente à da 1ª fase tem nitidamente o cunho de Ribeiro Telles, o plano da 2ª fase é bem diferente. Terá sido o arquiteto Moreira Veloso a desenhar os espaços verdes do plano de 1972-1974? Os espaços públicos do plano geral são representativos de dois momentos históricos. Podemos constatar que os planos da 1ª fase têm similaridades com o plano e obra da Nova Oeiras (1954-1961), também desenhado pelo arquiteto Ribeiro Teles com colaboração do paisagista Edgar Sampaio Fontes (1922-2000), nomeadamente na organicidade dos percursos. Já os espaços públicos da 2ª fase são mais rígidos. Os espaços públicos da 2ª unidade residencial fazem-se em volta de um grande vazio, que está estruturado a duas cotas distintas, sendo a mais alta um parque de estacionamento e a mais baixa um espaço verde com arborização semelhante à do plano da 1ª fase.

No ano de 1964 são oficialmente inauguradas 240 habitações (Tabela 2), embora algumas já tivessem sido ocupadas pelos funcionários da fábrica, em 1963. As habitações dividiam-se por 30 blocos habitacionais que estavam inseridos em 9 bandas. Os blocos foram projetados com 2 apartamentos por piso e com uma altura máxima de 4 pisos por edifício. Estes, só poderiam ser arrendados por funcionários que tivessem família, conforme as normas definidas pelo Estado, visto que estas habitações pertenciam às HE-FCP.

Tabela 2. Descrição do plano de urbanização do bairro operário da Tabaqueira

	Edifícios	Ano de Construção	Projetista/Arquiteto	
HABITAÇÃO 1ª fase	9 Bandas Habitacionais (60 habitações – Piso térreo)	1962 – 1964	Arq. António Moreira Veloso	
	9 Bandas Habitacionais (240 habitações – 4 pisos)	1962 – 1964		
HABITAÇÃO 2ª fase	4 Bandas Habitacionais (112 habitações – Piso térreo)	1968 – 1975(?)		
	4 Bandas Habitacionais (28 habitações – 4 pisos)	1968 – 1975(?)		
	Casa dos Solteiros	1962 – 1964		
	Casa do Diretor	1962 – 1964		(?)
	Refeitório	1962 -1965		Centro de Projectos CUF
	Posto Médico	1967 - 1967		Arq. António Moreira Veloso (?)
	Jardim-Escola	1962 - 1965	Arq. António Moreira Veloso (?)	
	Igreja	1964 - 1965	Arq. Jorge Viana	
	Centro Cultural	1965 - 1969	Centro de Projectos CUF	

Fonte: Alves, 2021

Devem-se ainda diferenciar mais dois tipos de alojamento planeados para o complexo da Tabaqueira: o edifício residencial destinado a funcionários solteiros (casa dos solteiros) e a residência do diretor (Figura 2). Ambos foram concebidos em sintonia com o restante projeto de urbanização. O primeiro pretendeu dar resposta à falta de habitação para os operários solteiros, não contemplados nas HE. Esta tipologia foi edificada no núcleo habitacional, detinha apenas dois pisos e oferecia a hipótese aos seus trabalhadores de alugarem uma divisão para poderem usufruir da vida do bairro. A casa dos solteiros ocupava uma posição de destaque, face à área residencial planeada para operários e quadros médios. Por sua vez, a casa do diretor encontrava-se no anel exterior à grande avenida, respeitando ainda a ideia de cidade-jardim, esta era uma moradia isolada envolta do seu próprio espaço ajardinado.

Figura 2. Casa dos Solteiros e Casa do Diretor



Fonte: Alves, 2021

No núcleo a Oeste da Av. Alfredo da Silva foram projetados os equipamentos públicos, que eram benéficos tanto para o quotidiano dos operários e das suas famílias, como para a empresa. Numa área comum aos dois núcleos foram edificados equipamentos como a creche, o refeitório e o posto médico. Os dois primeiros eram servidos por uma rua, que fazia a ligação entre o bairro e a entrada do complexo fabril.

A Este da Av. Alfredo da Silva, mas em cotas semelhantes à do bairro, desenhar-se-ia a zona de cultura e lazer. Para este núcleo foram projetados a igreja e o centro cultural. A igreja foi inaugurada primeiramente, em dezembro de 1965, e com esta seria projetado um acesso direto à Av. Alfredo da Silva.

O bairro novo situar-se-ia a Norte da área residencial edificada na primeira fase, respeitando a mesma lógica de disposição das bandas habitacionais. Os blocos habitacionais agruparam-se em 4 bandas residenciais, que entre si formaram um vazio regular, que estenderia o espaço público de cada bloco habitacional para o exterior do prédio. Dada a regularidade do terreno, este espaço público funcionaria como praça ajardinada. O traçado exterior das bandas habitacionais mantém-se idêntico, permitindo uma uniformidade de linguagem entre os edifícios projetados nos anos 1960 e os projetados nos anos 1970. Tal como nos blocos habitacionais da primeira fase, mantêm-se os 4 pisos de altura, numa lógica de 2 apartamentos por piso. Para o bairro novo foram projetadas 4 bandas habitacionais, o que significava 120 novos apartamentos que pertenciam às HE-FCP.

Relativamente às unidades residenciais, apesar de a assinatura de Veloso constar nos desenhos da 1ª fase e da 2ª fase, alguns detalhes das habitações construídas em 1962-1964 e em 1972-1974 sugerem uma possibilidade de coautoria, uma vez que os desenhos da 1ª fase são mais ricos nos pormenores. Sentimos pouco investimento no desenho das habitações da 2ª fase, embora estas sejam idênticas às primeiras. Acresce que neste período o arquiteto estava também a projetar para África, tendo estado na Guiné entre Março e Maio de 1970 e ainda entre Fevereiro e Março de 1971 (Lebre & Castela, 2022).

4. Arquiteto António Moreira Veloso

António J. T. Moreira Veloso formou-se na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa e finalizou a licenciatura no ano de 1953. A obra deste arquiteto não foi divulgada, apenas se sabe que este foi arquiteto do Gabinete de Urbanização Colonial da DSUH/DGOPC (Direcção de Serviços de Urbanismo e Habitação da Direcção de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar) (Milheiro, 2014) (Lebre & Castela, 2022).

Não havendo certezas sobre a data de início da colaboração de António Moreira Veloso com o Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) registámos primeiramente a data de 1970, data relativa ao documento com maior antiguidade encontrado no Arquivo Histórico Ultramarino, documento este, que tem a assinatura de Moreira Veloso e prova que este colaborou no GUC. No entanto, após análise de um outro documento (Veloso, 1969), designadamente um texto de um encontro de profissionais em Luanda (Comunicações das II Jornadas de Engenharia e Arquitectura do Ultramar), onde podemos concluir que a relação que o arquiteto mantinha com o GUC existia desde 1969 ou data anterior. Este facto pode confirmar-se pela afirmação que o arquiteto Moreira Veloso faz nesse documento: “Os propósitos desta comunicação são simples, e consistem na enumeração esquemática dos factos que foi possível observar, durante os nossos contactos com o Ultramar e na apresentação dum certo número de sugestões, que se nos afiguram válidas, com base na experiência adquirida, e no estudo das várias soluções já preconizadas por especialistas na matéria para diversas regiões de África” (Veloso, 1969, p.84).

Com a presente investigação, acrescenta-se à obra realizada por Moreira Veloso a autoria das habitações do bairro operário da Tabaqueira (1ª fase: 1962-1964 e 2ª fase: 1968-1974) e a sua participação no grupo de arquitetos regionais das HE-FCP.

Todavia, com base na análise mais detalhada dos edifícios públicos do bairro operário da Tabaqueira, podemos concluir que a autoria destes se deve também ao arquiteto António Moreira Veloso, assim como a autoria do “Plano de conjunto do bairro do pessoal da Tabaqueira”. Esta ilação deve-se, entre outros fatores, à uniformidade estética e à construção (realizada com os mesmos materiais) dos edifícios, tanto públicos, como dos edifícios destinados à habitação. A execução de elaboração do plano urbano de conjunto e posterior realização e concretização dos edifícios era prática comum à época, de tal forma que o arquiteto Cassiano Branco (1897-1970), quando realizou o plano de conjunto para o outro bairro operário da CUF, no Barreiro, assumiu também que o projeto urbano a apresentar incluía o projeto das habitações e seus equipamentos, entrando mais tarde em desentendimento com a CUF, devido à não concretização do projeto para as referidas habitações e equipamentos. Assim, embora o plano urbano do Barreiro seja da autoria de Cassiano Branco, os projetos ficaram a cargo do arquiteto Fernando Silva (1914-1983) (Henriques, 2015).

Apesar de Moreira Veloso ter trabalhado simultaneamente para as HE-FCP, na ampliação do bairro do pessoal da Tabaqueira entre 1968 e 1974, e para o Gabinete de Urbanização Colonial, os seus projetos têm pouca semelhança, seguiam apenas um pensamento de habitação-tipo adaptável (Milheiro, 2012). Essa abordagem era comum tanto nas HE da ‘Metrópole’ como nas propostas para habitação colonial na Guiné (Milheiro, 2012). No entanto, muitos planos elaborados pelo Gabinete de Urbanização Colonial, tal como o de Moreira Veloso, não foram realizados devido às guerras coloniais e à independência subsequente das colónias portuguesas (Milheiro, 2012).

5. Habitações operárias do bairro da Tabaqueira

No decorrer do século XX, testemunhámos uma notável evolução no conceito de habitação, que promoveu uma transformação significativa para o bem-estar humano. A residência passou a ser um ideal de felicidade, adquirindo uma dimensão experimental que se entrelaçava, de certa forma, com os avanços industriais. Estes últimos, por sua vez, lideraram a mecanização do ambiente habitacional, inaugurando uma nova era de hábitos saudáveis. Tais inovações foram habilmente aplicadas e ajustadas ao âmbito doméstico, revigorando conceitos fundamentais como a comodidade e o conforto. Essa mudança não apenas sofisticou a funcionalidade das residências, mas também redefiniu a maneira como as pessoas experimentavam e interagiam com o espaço que as cercava. O século XX destaca-se, assim, como um período de notável progresso no que diz respeito ao ambiente

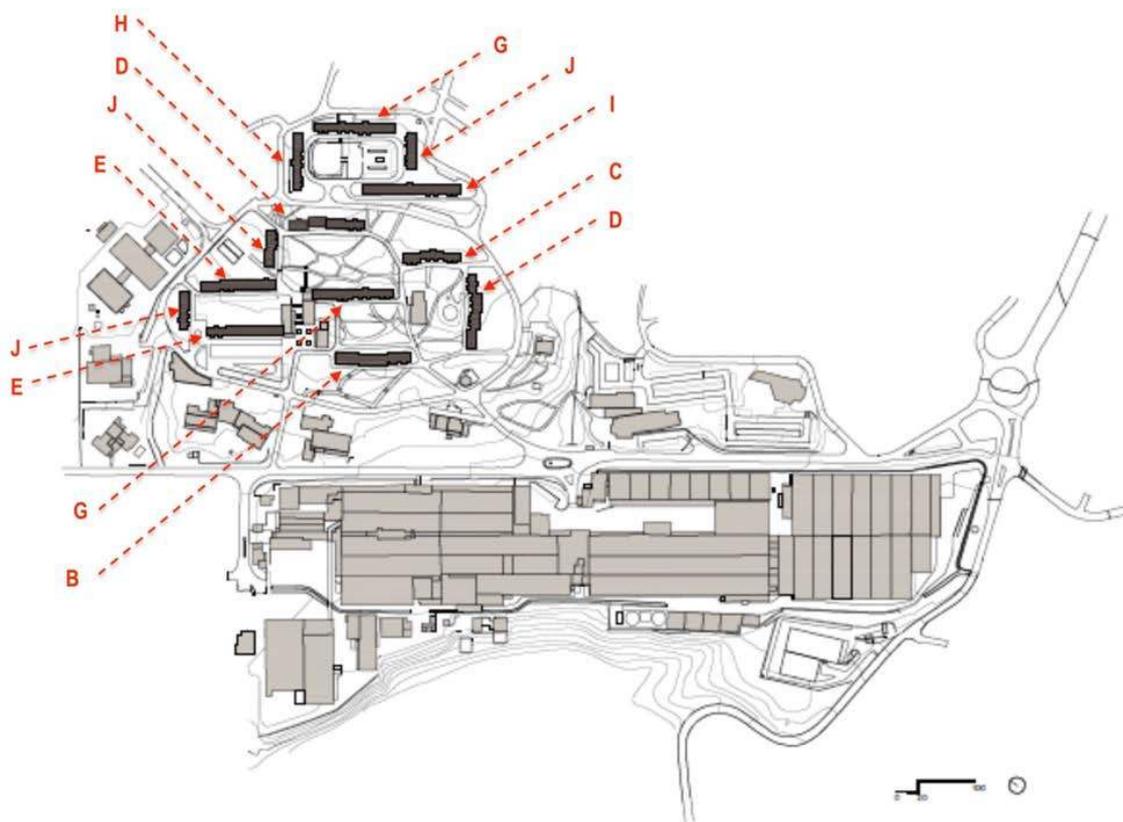
habitacional e ao seu impacto no bem-estar e qualidade de vida das pessoas (Folgado, 2012).

O programa de Casas Económicas das HE-FCP seguia uma linha de desenho e pensamento do espaço de habitação que correspondia às teorias do Movimento Moderno que foram sintetizadas por Portas (2004[1959]). O arquiteto Moreira Veloso desenhou o bairro operário da Tabaqueira com espaços verdes. Desta forma, optou por uma disposição das bandas habitacionais em quarteirão aberto, permitindo uma permeabilidade entre espaços públicos. No entanto, estes vazios, que correspondem a áreas ajardinadas, transformam-se em espaços privados das bandas habitacionais. Estas áreas ajardinadas conduzem-nos à entrada de cada bloco habitacional. Assim, existe uma estreita relação visual entre a área comum de cada bloco e os espaços ajardinados (Figura 3), devido à fachada envidraçada que acompanha a área de circulação interna dos prédios.

As bandas habitacionais da primeira fase do Plano de conjunto do bairro da Tabaqueira constituem um complexo de 240 fogos (Tabela 3), distribuídos por 9 bandas com 30 blocos habitacionais, nas quais as suas tipologias variam entre: i) T2 (156 fogos) com 3 combinações diferentes de células (C3, C6, C7); ii) T3 (72 fogos) com 3 tipos de células (C1, C4, C8), sendo que as C1 se destinam ao bloco dos encarregados; iii) T4 (12 fogos) com 2 tipos de células (C2, C5), na qual a C2 se destina ao bloco dos encarregados. Estimando-se uma média de 820 habitantes, entre casais e filhos.

Por sua vez, a segunda fase do plano do bairro operário cria mais 112 fogos (Tabela 3), distribuídos em 4 bandas habitacionais, que se articulam em 14 blocos habitacionais e diferenciam-se em duas tipologias: i) T2 (72 fogos) que formam apenas uma célula (C9); ii) T3 (40 fogos) que apenas se conjugam em uma célula (C10); estimando-se que o bairro novo poderia ter cerca de 380 habitantes.

Figura 3. Planta localização habitações



Fonte: Alves, 2021

Os blocos habitacionais distribuía-se segundo um esquema de esquerdo/direito, de dois fogos por piso e as tipologias adotadas em cada bloco funcionam em espelho, com eixo de simetria na área comum do prédio, com exceção dos blocos das células C5/C6 e C7/C8 nas quais diferem as

tipologias.

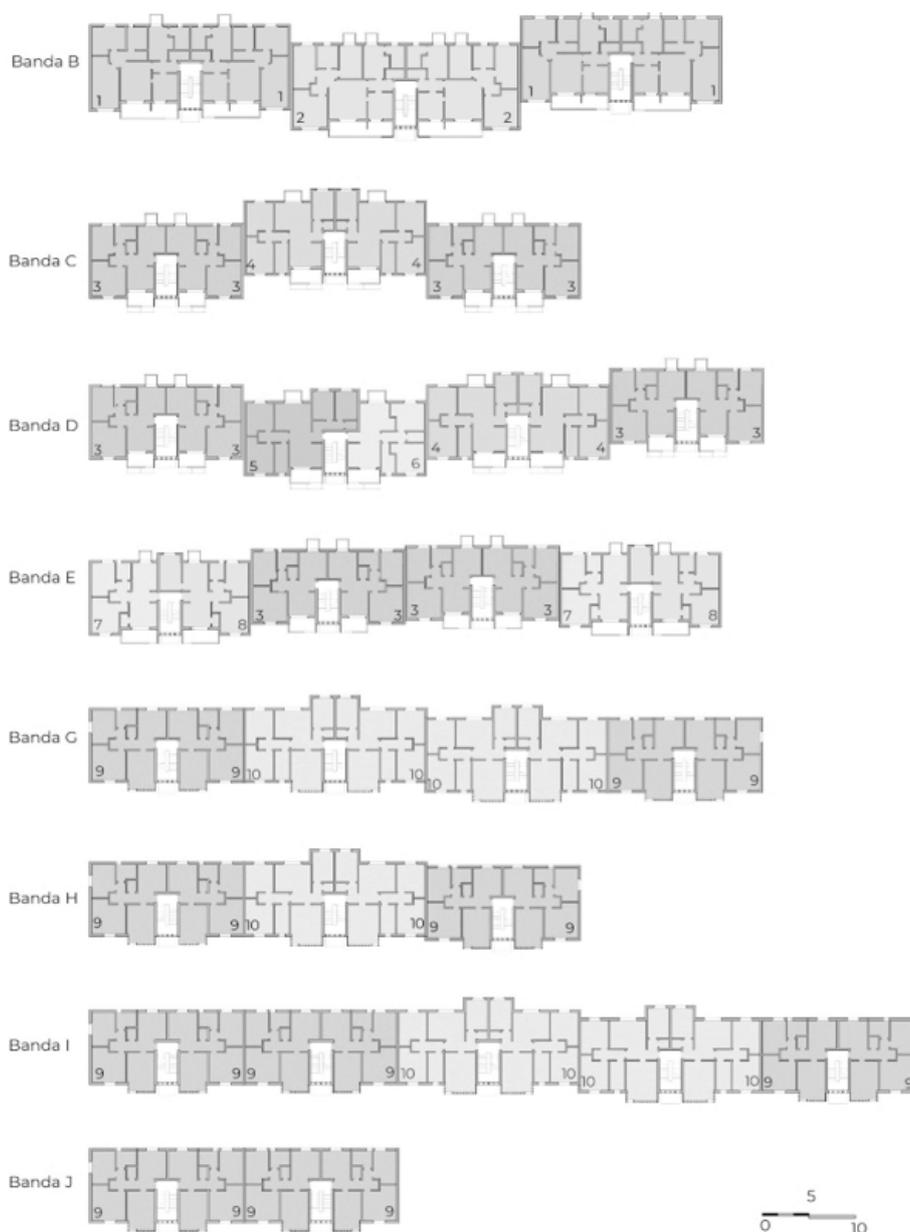
Nos blocos operários (bandas C, D, E, G, H, I e J) as células são desenhadas com fachadas de desenho simétrico distribuindo-se as divisões por ambas, de forma que todas disfrutem de iluminação e ventilação natural. A circulação é feita por uma área central, que permite aceder, livremente, a diferentes divisões das áreas comuns. A área privada da habitação é acedida por uma antecâmara que separa os quartos da área comum, permitindo maior intimidade (Figura 4). A área comum, cozinha e zona de serviço e sala comum, assim como a privada, ocupa toda a extensão do fogo, da fachada principal à fachada posterior com ventilação transversal. A área de serviço funciona na varanda, onde foi equacionado um tanque de lavagem de roupa. As varandas que estão desenhadas na fachada principal contribuem para o enriquecimento destas fachadas que se relacionam com os espaços verdes exteriores.

Tabela 3. Habitação: tipologias e áreas dos fogos

	Célula	Tipologia	Nº fogos Tipologia (x4 pisos)	Cozinha	Sala comum	Quartos	Outros divisões		Total	
							Dispensa Zona de serviço (varanda)	Quarto criada (bloco B)		
1.º fase (1962-1964)	Banda B 24 fogos	1	T3	4	7.80 m ²	11.60 m ²	8.80 + 14.20 23 m ²	11.90 m ²	7.40 m ²	101 m ²
		2	T4	2	7.80 m ²	13.90 m ²	8.85 + 9.80 + 12.50 31.15 m ²	13.10 m ²	7.80 m ²	118 m ²
	Banda C 24 fogos	3	T2	4	7.32 m ²	9.1 m ²	7.40 + 11.55 18.95 m ²	5.35 m ²		65.45 m ²
		4	T3	2	9.25 m ²	11.56 m ²	7.10 + 8.90 + 9.80 16.65 m ²	6 m ²		82.85 m ²
	Banda D 32 fogos	3	T2	4	7.32 m ²	9.1 m ²	7.40 + 11.55 18.95 m ²	5.35 m ²		65.45 m ²
		4	T3	2	9.25 m ²	11.56 m ²	7.10 + 8.90 + 9.80 16.65 m ²	6 m ²		82.85 m ²
		5	T4	1	8.80 m ²	11.60 m ²	7.70 + 9.70 + 7.10 + 7.40 32.90 m ²	5.20 m ²		95.70 m ²
	Banda E 32 fogos x 5 bandas	3	T2	4 (20)	7.32 m ²	9.1 m ²	11.55 + 7.40 18.95 m ²	5.35 m ²		65.45 m ²
		7	T2	2 (10)	7.7 m ²	8 m ²	7.40 + 10.60 18 m ²	6.75 m ²		59 m ²
		8	T3	2 (10)	7.80 m ²	8 m ²	8.85 + 7.40 + 9.70 25.95 m ²	6.75 m ²		68 m ²
240 fogos										
2.º fase (1968-1974)	Banda G 32 fogos	9	T2	4	9.53 m ²	9.2 m ²	7.6 + 11.60 19.20 m ²	3.25 m ²		63.70 m ²
		10	T3	4	10.72 m ²	11.87 m ²	9 + 9.6 + 7.7 26.3 m ²	3.5 m ²		70 m ²
	Banda H 24 fogos	9	T2	4	9.53 m ²	9.2 m ²	7.6 + 11.60 19.20 m ²	3.25 m ²		63.70 m ²
		10	T3	2	10.72 m ²	11.87 m ²	9 + 9.6 + 7.7 26.3 m ²	3.5 m ²		70 m ²
	Banda I 50 fogos	9	T2	6	9.53 m ²	9.2 m ²	7.6 + 11.60 19.20 m ²	3.25 m ²		63.70 m ²
		10	T3	4	10.72 m ²	11.87 m ²	9 + 9.6 + 7.7 26.3 m ²	3.5 m ²		70 m ²
Banda J 16 fogos	9	T2	4	9.53 m ²	9.2 m ²	7.6 + 11.60 19.20 m ²	3.25 m ²		63.70 m ²	
112 fogos										

Fonte: Alves, 2021

Figura 4. Tipologias habitacionais



Fonte: Alves, 2021

A banda habitacional B é constituída por blocos habitacionais destinados aos encarregados e funciona, também, numa lógica de fachadas com simetria. No entanto, as áreas comuns e privadas usam como eixo de simetria um corredor, seguido de uma antecâmara de distribuição dos quartos. Há ainda uma segregação de espaços, isto é, a zona de entrada da casa, destina-se aos serviços, nomeadamente cozinha, área de serviço (varanda) e divisões da empregada doméstica. Atravessando o corredor que transpõe esta área, encontramos a zona destinada à família, com a sala comum e respetivos quartos. A sala comum, ao contrário da dos blocos dos operários, está virada para a fachada principal, usufruindo de uma varanda. A varanda nas residências dos encarregados está dividida em dois espaços, separados por uma parede, um espaço destinado à zona de serviços, tal como nos fogos dos operários e o outro espaço como prolongamento da sala comum.

Sendo estas habitações da FCP, enquadram-se num modelo de habitação mínima. O seu desenho, representativo do Movimento Moderno, destinava-se apenas a dar resposta às necessidades básicas de um espaço habitável, num ambiente minimalista. Também os espaços destinados aos arrumos,

como despensas e armários, são equacionados nas habitações tirando bom proveito do espaço mínimo.

A estrutura dos blocos habitacionais foi edificada em betão armado, com paredes exteriores de alvenaria simples rebocada. Os espaços comuns dos blocos habitacionais - as caixas de escadas, e os patamares de acesso a cada fogo, são de betão à vista. As caixas de escadas são acompanhadas por pequenos vãos, que são separados por lâminas de betão vertical e horizontal, demarcando o espaço comum para o exterior dos edifícios. A abertura destes vãos contribui para a ventilação natural dos edifícios.

Podemos afirmar que as questões dos estudos de insolação e ventilação foram tidas em consideração no projeto das habitações, tendo uma expressão direta nas fachadas dos edifícios. Dos estudos de insolação surge o desalinhamento dos blocos de habitações, mas também pelo posicionamento dado às bandas habitacionais no plano de conjunto. Por sua vez, a ventilação natural é também levada em conta, corroborando a solução encontrada para a questão da insolação. A presença de vãos em todos as divisões permite, além da entrada de luz, que haja uma ventilação horizontal cruzada em todos os fogos.

Figura 5. Blocos habitacionais



Fonte: Alves, 2021

As fachadas dos blocos habitacionais, além de serem marcadas pelos vãos, são também ritmadas pelas varandas (Figuras 5 e 6) que, como já expusemos anteriormente, tinham na sua maioria uma área dedicada às tarefas domésticas. Para resguardo destas tarefas existe na parede exterior da varanda um painel de tijolos vazados (cobogó) com vazios retangulares na área correspondente ao tanque de lavagem de roupa. Deste modo, a iluminação e ventilação da área era mantida, tal como a privacidade do espaço. No entanto, este desenho apenas se aplica nas habitações construídas na primeira fase, visto que os volumes proeminentes nas fachadas do bairro novo deixaram de ser varandas e evoluíram para espaços cerrados contíguos à cozinha. Desta forma, no bairro novo o painel de cobogós transformou-se numa parede envidraçada, de desenho regular, na qual a estrutura forma pequenos vãos que mantêm os princípios de iluminação/ventilação do espaço oferecendo, em simultâneo, privacidade às tarefas domésticas da habitação.

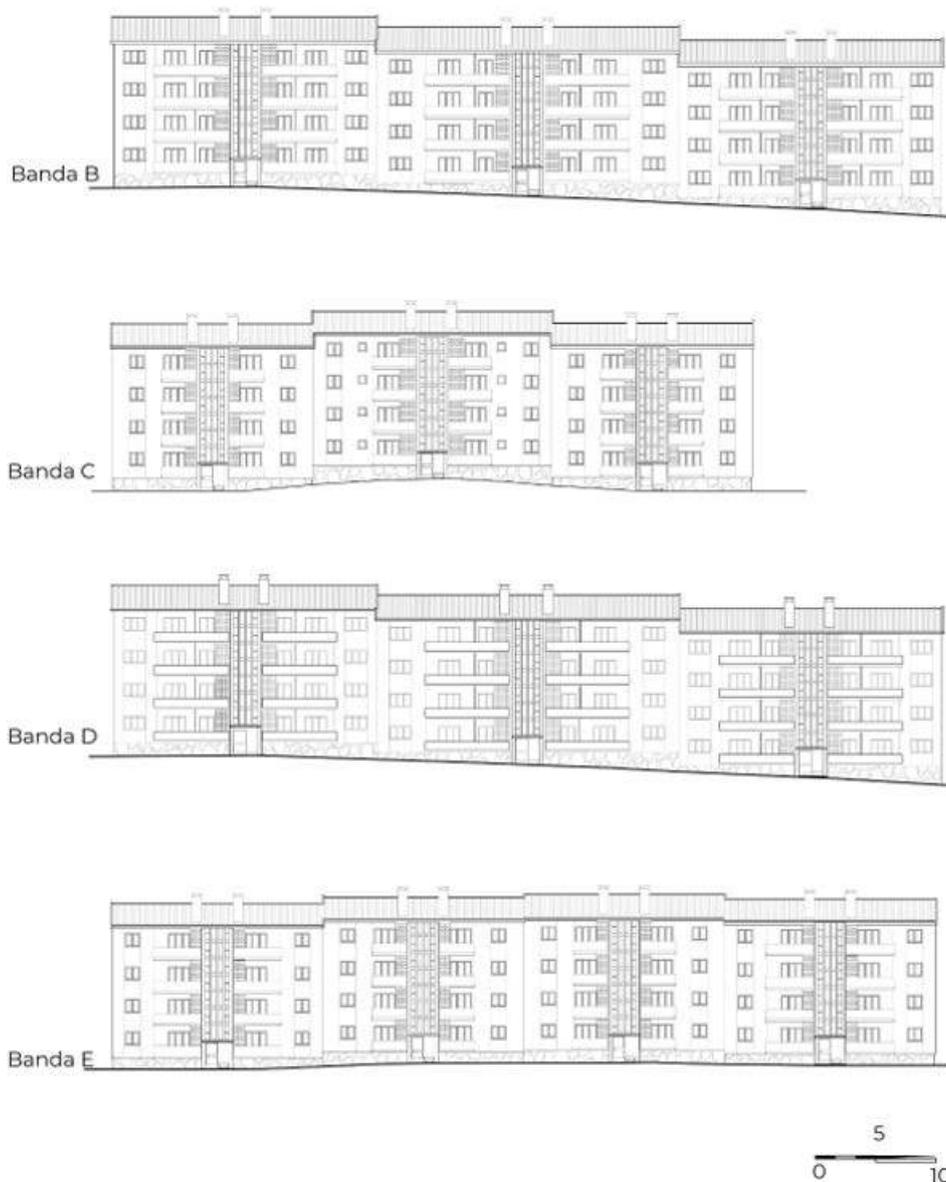
O revestimento exterior em paredes de pedra calcária (no embasamento dos edifícios e em alguns planos de fachada de outros edifícios), evidencia-se como elemento aglutinador e identitário de

todos os edifícios do bairro operário, projetados pela FCP. Nos edifícios residenciais, este revestimento destaca-se no embasamento dos blocos, demarcando um friso que é diretamente influenciado pela cota a que se encontra o rés-do-chão de cada bloco habitacional, que por sua vez se adapta à topografia do território.

Assim, as habitações do bairro operário da Tabaqueira foram projetadas segundo os programas de habitação social do Estado Novo, e respeitam os parâmetros defendidos e sintetizados por Portas (1964, 2004[1959]), tanto nas questões urbanas, como na organização do interior das habitações.

Em suma, as bandas habitacionais correspondem a unidades multifamiliares, em agrupamento do tipo intensivo de distribuição vertical concentrada, nas quais a entrada para as unidades residenciais se efetua por uma coluna de acesso de planta retangular e de dimensão reduzida. O interior das habitações resume-se a uma zona de permanência (onde o espaço de refeição é incorporado na cozinha, passando esta a ser tratada como espaço de permanência - sala comum e espaço de reunião) e a zona de permanência íntima (onde os quartos são distanciados da zona comum através de uma antecâmara que mantém a privacidade necessária a estas divisões).

Figura 6. Alçados



Fonte: Alves, 2021

A singularidade do bairro operário da Tabaqueira analisa-se também na diversidade e localização dos seus edifícios públicos. O bairro operário da Tabaqueira, quando idealizado, já era fruto de uma longa herança de obras e políticas de responsabilidade social criadas dentro da CUF. Estas eram tão vastas como: o apoio à educação e escolarização (tanto dos operários como dos seus descendentes); o direito à saúde (através do acesso a centros de saúde, maternidade e hospital); o incentivo à cultura, desporto e lazer (com a criação de salas de espetáculos, grupo desportivo e até de colónia de férias para os filhos dos funcionários). Toda esta obra passava também por ser um incentivo à produção, na medida que as necessidades sociais dos operários estavam asseguradas pela empresa (Sardica, 2020).

A localização dos edifícios públicos, como já vimos anteriormente, foi definida pelo plano de urbanização do bairro operário da Tabaqueira e ocupou o anel que separava a zona residencial da zona laboral. Esta área era ainda rasgada por um eixo que a subcategorizava, criando dois núcleos. O primeiro núcleo tinha os edifícios que prestavam serviços e eram um contributo direto ao quotidiano dos funcionários e às suas famílias (como o refeitório, a creche e o posto médico) e foram os primeiros a serem projetados e inaugurados. O segundo núcleo iria ser desenhado para dar resposta às questões de lazer dos trabalhadores.

É ainda de referir, finalmente, que este amplo conjunto urbano foi pontuado, no seu eixo viário central, entre a zona residencial e a área fabril, por um importante monumento de homenagem a Alfredo da Silva. O monumento consiste numa estátua de vulto perfeito, representando Alfredo da Silva de pé, assente num plinto que o eleva do plano do chão, e assume-se como elemento visual de referência à entrada deste conjunto urbano.

Não deixa de ser vagamente anacrónico, num conjunto urbano assumidamente moderno, que o monumento a Alfredo da Silva siga o cânone da estatuária tradicional e que tenha sido realizado pelo escultor mais celebrado do regime, Leopoldo de Almeida (1898-1975). O monumento foi inaugurado em 1965, aquando das comemorações do centenário da CUF e da inauguração do próprio bairro.

Considerações Finais

Este artigo aborda o bairro operário da Tabaqueira, localizado em Albarraque, com o objetivo de compreender a formação de um conjunto urbano gerado pela migração da indústria do tabaco para o município de Sintra. São delineadas as etapas de edificação dos edifícios residenciais construídos no período entre 1962 e 1972, além da identificação dos equipamentos e serviços planeados para o complexo.

O bairro operário da Tabaqueira é um projeto desenvolvido em fases, sendo inicialmente construído em 1962, e posteriormente expandido entre 1972 e 1974. Este projeto é realizado dentro do enquadramento legal de apoio à habitação social estabelecido pelo estado português, em conjunto com as políticas de responsabilidade social da CUF e numa abordagem arquitetónica moderna. A edificação e ocupação do bairro resultam na formação de uma nova centralidade nos arredores de Lisboa, devido aos serviços e instalações que proporciona. Ao integrar as unidades habitacionais com os correspondentes espaços públicos, esse projeto urbano torna-se benéfico para uma área geográfica mais ampla do que aquela diretamente abrangida pela sua delimitação original.

O bairro da Tabaqueira é considerado um êxito, alinhando-se com os princípios da Cidade Jardim de Ebenezer Howard (1850-1928) e com o conceito da Unidade de Vizinhança de Clarence Perry (1872-1944). Este conjunto suburbano de estilo claramente moderno harmoniza as exigências funcionais com a qualidade de vida associada ao ambiente rural, alcançada através da construção de infraestruturas e espaços verdes amplos onde as habitações estão agrupadas em blocos, levando em conta os aspetos de higiene.

O arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles projetou os espaços verdes na unidade residencial de 1962. Embora tenha uma vasta e notável obra, o projeto para o bairro operário da Tabaqueira tem recebido pouca atenção e por isso é menos conhecido. Ribeiro Telles destacou-se como um arquiteto paisagista moderno, dedicado à criação e ao desenho de amplos espaços públicos para a promoção e melhoria da qualidade do ambiente, promovendo a interação social e o bem-estar urbano. Telles propôs para o bairro da Tabaqueira zonas verdes com percursos hierarquizados, separando carros

de pedestres, e blocos habitacionais distantes para garantir privacidade. Além disso, defendeu a localização de comércio em área central para facilitar o seu acesso. Estes conceitos foram aplicados no bairro da Tabaqueira, resultando num planeamento urbano hierarquizado com áreas designadas para serviços e instalações culturais. A variedade de equipamentos atende às necessidades diárias e sociais dos moradores deslocados para esta periferia.

O desenho urbano do bairro operário da Tabaqueira coloca um foco nas necessidades das pessoas, priorizando os benefícios coletivos muitas vezes negligenciados em projetos sociais. Os arquitetos responsáveis pelo projeto aumentaram significativamente a capacidade do local para prosperar, ao criar ambientes de qualidade que melhoram a vida dos residentes. O resultado foi a construção de um espaço que promove a convivência e a proximidade, e que até hoje continua a desempenhar o seu papel central como local de interação social nos espaços verdes que o rodeiam.

Em futuras investigações relacionadas com o bairro operário da Tabaqueira, seria viável avaliar a qualidade dos projetos de habitação sob a perspetiva dos seus moradores. A avaliação pós-ocupação, tanto em termos funcionais quanto comportamentais, é de extrema relevância. A consideração do respeito pelo desenho original do arquiteto desempenhará um papel crucial na determinação da satisfação dos residentes.

Apresentamos aqui os elementos formais e funcionais do projeto, porém, ainda não foram examinadas nas residências as influências das características estéticas, funcionais e técnicas (ou seja, as particularidades físico-espaciais) sobre os diversos moradores. Esse tipo de avaliação requer uma abordagem delicada pois, ao adotá-la, surgem desafios na consideração dos aspetos íntimos e individuais dos ocupantes.

O projeto apresentado revela uma das notáveis características dos arquitetos modernistas: a capacidade de conceber uma arquitetura que transcende as barreiras da classe social. Ao adotar essa abordagem, cria-se um espírito de construir e desenhar de forma igualitária, tanto para os mais desfavorecidos, quanto para os mais abastados. Esta visão reforça a importância do plano urbanístico e procura por uma paisagem imaginada, onde a Natureza assume um papel preponderante.

O projeto residencial da Tabaqueira emerge assim como uma obra de grande valor, enraizada numa arquitetura sólida e inovadora desde a perspetiva do planeamento urbano. A par desta realização, não podemos deixar de enaltecer o papel do arquiteto António Moreira Veloso como um líder de vanguarda. A sua abordagem ética e moderna demonstra uma profunda preocupação com as necessidades habitacionais, visando uma arquitetura que não apenas responda, mas também se integre harmoniosamente aos requisitos sociais da comunidade. A Tabaqueira, portanto, ergue-se como um testemunho duradouro da visão e engenho de um arquiteto verdadeiramente inovador.

O projeto da Tabaqueira é um bom exemplo do papel social na Arquitetura e no Urbanismo. Os projetos sociais devem dar respostas às questões sociológicas, às questões funcionais e às questões formais, envolvendo assim preocupações com a envolvente e com o território de implantação dos projetos. Estes projetos sociais devem considerar aspetos como o ordenamento do território, os programas dos edifícios e os seus destinatários.

Referências

Abrantes, A. E. (1938). *Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo do Arco do Cego.

Alves, V. A. (2021). *O Bairro Operário da Tabaqueira em Sintra (1958-2021): indústria, urbanismo e arquitetura* [Dissertação de mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCTE-IUL. <http://hdl.handle.net/10071/24790>

Boiça, J. (2012). Enquadramento e contexto da obra: a textura histórica dos anos 1960. Em J. M. Fernandes & J. Ribeiro (ed.), *A igreja do Bairro da Tabaqueira - Uma obra de Jorge Viana* (pp. 26-74). Adictologia Unipessoal.

- Benevolo, L. (1987 [1963]). *As origens da urbanística moderna*. Editorial Presença (2ª Edição).
- Benevolo, L. (2001[1977]). *História da arquitectura moderna*. Trad. Ana M. Goldberger. S. Paulo: Editora Perspectiva.
- Caetano, J. O. (2003). *A utopia e os pés na terra: Gonçalo Ribeiro Telles*. Instituto Português de Museus.
- Câmara, J. S. (1995). *História da Tabaqueira*. Bertrand Editores.
- Costa, J. P. (1998). *Bairro de Alvalade: Considerações sobre o urbanismo habitacional* [Dissertação de mestrado, FAUL-Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa <http://hdl.handle.net/10400.5/1629>
- Cunha, J. A. da (2012). A igreja da Sagrada Família, Bairro da Tabaqueira em Albarraque: percurso histórico e arquitectónico dos seus primeiros anos. Em J. M. Fernandes, & J. S. Ribeiro (coord.), *A Igreja do Bairro da Tabaqueira - Uma obra de Jorge Viana* (pp. 63-89). Adictologia Unipessoal.
- Custódio, J. & Folgado, D. (1999). *Caminho do Oriente: guia do património industrial*. Livros Horizonte.
- Lebre, A. R. & Castela, T. (2022), Aldeamento de guerra no colonialismo português na Guiné-Bissau, *e-cadernos CES*, 37, 35-59. <http://journals.openedition.org/eces/7122>
- Faria, M. F. (2004). *Alfredo da Silva. Biografia*. Bertrand Editora.
- Faria, M. F. & Mendes, J. A. (2010). *Actas do colóquio internacional Industrialização em Portugal no século XX: o caso do Barreiro*. EDIUAL.
- Folgado, D. (2012). *A Nova Ordem Industrial no Estado Novo (1933-1968). Da fábrica ao território de Lisboa*. Livros Horizonte.
- Henriques, S. (2015). *Microcidades operárias no contexto da Revolução Industrial: caso singular da Companhia União Fabril (C.U.F.) Barreiro, Portugal*. [Dissertação de Mestrado, ULL-FAA]. Repositório da Universidade Lusíada de Lisboa. <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/1572>.
- Lameira, G. & Rocha, L. (2019). *Mapa da habitação: guia para uma terminologia específica em Arquitectura habitacional apoiada pelo estado em Portugal (1910-1974)*. Universidade do Porto - Faculdade de Arquitectura.
- Marques, I. M. A. (2012). *Arte e habitação em Lisboa 1945-1965: Cruzamentos entre desenho urbano, arquitectura e arte pública. Barcelona, Espanha* [Doutoramento em Programa Espai Públic i Regeneració Urbana: Art, Teoria i Conservació del Patrimoni]. <https://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/55624>
- Milheiro, A. V. (2012). O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 4 (2), pp. 215-232.
- Milheiro, A. V. (2014). Visões do Gabinete de Urbanização Colonial no período final da colonização portuguesa. Arquitectura, cidade e projeto: uma construção coletiva. *III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo.
- Mónica, M. (1992). Negócios e política: os tabacos (1800-1890). *Análise Social*, XVII, pp. 461-479. <https://silo.tips/download/negocios-e-politica-os-tabacos>
- Nunes, J. P. S. (2013). O programa habitações de renda económica e a constituição da metrópole de Lisboa. *Análise Social*, 206, XLVIII (1º), pp. 83-100.
- Pereira, N. T. (1996). *Escritos (1947-1996, selecção)*. FAUP.
- Pereira, R. da S. (1963), Problemática da habitação em Portugal – i. *Análise Social*, 1 (1º), pp. 33-66.
- Portas, N. (1964). *Funções e Exigências de Áreas de Habitação. Necessidades Familiares e Áreas de Habitação. Análise de Exigências por Funções de Habitação, Lisboa*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil – Ministério das Obras Públicas.
- Portas, N. (2004 [1959]). *Habitação Social: Projectos para a metodologia da sua arquitectura*. FAUP.

Rossi, A. (1977). *A arquitectura da cidade*. Edições 70.

Salgueiro, T.B. (1977), *Bairros clandestinos na periferia de Lisboa*. *Finisterra*, XII (23), pp. 28-49.

Sardica, J. M. (2020). *Alfredo da Silva e a CUF - Liderança, Empreendedorismo e Compromisso*. Príncipe Editora.

Tavares, M. (2013). Leituras de um percurso na habitação em Portugal. As habitações económicas – federação de caixas de previdência. In N. Portas (coord.) *Habitação para o maior número. Portugal, os anos de 1950-1980* (pp. 21-45), CML, IHRU, Lisboa.

Teixeira, M. C. (1992). As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social*, 27(115), pp. 65-89.

Veloso, A. J. T. M. (1969). Contribuição para o estudo do habitat económico em África. *Segundas Jornadas de Engenharia e Arquitectura do Ultramar*, Luanda, pp.83-103.